



**ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**

**11 DE FEVEREIRO DE 2022**



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

11 DE FEVEREIRO DE 2022

No dia onze de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório do Paço dos Henriques, em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Designação de elementos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, nos termos do disposto na alínea I) do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, na redação atual;
- 4) Proposta de aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa a que se refere o artigo 130º da Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro (correspondente ao mapa “Demonstração de Desempenho Orçamental” em SNC-AP);
- 5) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita;
- 6) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa;
- 7) Proposta de acordo quanto à forma de imputação de despesas com pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Municípios associados;
- 8) Proposta de aprovação da quota mensal para AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, no ano de 2022;
- 9) Proposta de deliberação sobre as matérias a que se refere o artigo 6º do Decreto – Lei nº 305/2019, de 23 de setembro com a redação dada pela Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro;
- 10) Proposta de aprovação da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu de imediato à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros:

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário
- Vitor Miguel Lopus Fialho
- Sara Patrícia Galega Rodrigues
- António Manuel Dimas Grosso
- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro
- Joana de Carvalho Galvão



- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino
- Ricardo Filipe Malagão Soldado
- João de Deus Carapeto Fialho
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas

O membro Bernardino António Bengalinha Pinto, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas.-----

O membro Maria Antónia Leal Boteta Gomes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael.--

O membro Cecília Isabel Pinto Lopes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Maria Leonor Martins de Carvalho Sacadura Botte Ribeiro Fernandes.-----

O membro Vasco Miguel Teles Fialho, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, fez-se substituir pela Secretária da referida Junta de Freguesia, Tânia Alexandra Candeias Milhano-----

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores.-----

No período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontra disponível para quem a quiser consultar. Realçou que foi dado acolhimento à sugestão feita pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas na sessão anterior, pelo que todos os membros receberam antecipadamente um resumo da correspondência recebida desde a data de realização da última sessão até à presente data.-----

Procedeu-se de seguida à votação da proposta da ata relativa à sessão ordinária de 30 de dezembro de 2021, a qual foi aprovada com catorze votos favoráveis, não tendo participado na votação da proposta de ata os seguintes membros que não estiveram presentes na sessão a que a mesma se refere:-----

Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho, Maria Leonor Martins de Carvalho Sacadura Botte Ribeiro Fernandes, Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas e Manuel Jorge de Matos Rafael.-----

O membro Maria Leonor Fernandes, em representação dos eleitos da força política VIVA, referiu-se à alteração do local do Centro de Vacinação COVID, em Viana do Alentejo, transitando do edifício dos Bombeiros para o Centro de Saúde. Na opinião que manifestou, considerou ter havido, com esta mudança, um recuo na qualidade dos serviços prestados à população, nomeadamente por via da colocação de uma tenda que não tinha as condições necessárias para garantir o conforto dos utentes. Este membro fez ainda uma referência ao facto do Concelho de Viana do Alentejo, no início do período de vacinação, se encontrar com



indicadores bastante positivos, a nível do distrito, quanto ao número de vacinados. Com base na informação que agora detém, disse parecer-lhe que a situação se terá alterado e que neste momento, este concelho estará na cauda do distrito de Évora quanto ao número de pessoas vacinadas. Este membro pediu a confirmação desta situação bem como a justificação para tal.- O membro Sara Rodrigues, eleito pela força política CDU, perguntou se está prevista alguma remodelação dos parques infantis, dado que não se encontram nas melhores condições de utilização.-----

O membro Marília Rasquinho, eleita pela força política CDU, sendo enfermeira no Centro de Saúde de Viana do Alentejo, regozijou-se pela colocação de uma nova tenda naquele local, com condições de conforto que as anteriores não tinham. Este membro agradeceu à Câmara Municipal a colocação desta nova tenda, podendo os utentes que aguardam a sua vez para serem vacinados, usufruir de melhores condições.-----

--O membro Fernando Janeiro, eleito pelo PS, perguntou porque é que no facebook do Município não existe mais informação sobre os casos COVID-19 no concelho, sendo que a última informação que lá se encontra, data de 2 de fevereiro de 2022.-----

Este membro referiu que numa altura em que aumentou bastante o número de casos de COVID-19 neste concelho, a sessão da Assembleia Municipal que está a decorrer, poderia ter sido realizada por meios eletrónicos. Acrescentou não perceber como é que um aumento de casos de infeção, que provocou até o adiamento da abertura das Piscinas de Alcáçovas, não induziu a realização desta Assembleia de forma não presencial.-----

Disse ainda o membro Fernando Janeiro que além desta sessão se realizar em formato presencial, está a decorrer num espaço que não permite o distanciamento e os necessários circuitos de segurança. Em sua opinião, sendo presencial, então que a sessão tivesse tido lugar no Cineteatro Vianense, local que tem mais condições de segurança do que o auditório onde a está a decorrer.-----

O membro Fernando Janeiro acrescentou que o auditório do Paço dos Henriques poderia acolher as sessões da Assembleia Municipal mas noutra altura que não o atual.-----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à mudança do local de vacinação a que se referiu o membro Maria Leonor Fernandes, disse que a opção foi do Centro de Saúde que pediu uma tenda à Câmara para albergar as pessoas, sem que tivessem sido fornecidas muitas especificações quanto a este objetivo. A tenda que a Câmara tinha disponível foi cedida mas depressa se constatou não ser a ideal para acolher as pessoas e daí que se tivesse desencadeado o procedimento de aquisição de uma tenda para o efeito. Entretanto – disse o Senhor Presidente – o Exército emprestou, provisoriamente, uma tenda e de momento já foi instalada a que o Município adquiriu, com condições dignas para permitir o conforto das pessoas.-----

Disse ainda o Senhor Presidente que os indicadores quanto à taxa de vacinação no concelho não são realmente os melhores, segundo os dados fornecidos pela Proteção Civil. Disse o Senhor Presidente não conseguir responder sobre os motivos de ser tão baixa a taxa de vacinação no concelho, dado que anteriormente, os números eram precisamente o oposto, colocando Viana do Alentejo numa excelente posição a nível do distrito.-----

O membro Maria Leonor Fernandes referiu ter tido a informação de que os horários no Centro de Saúde de Viana, não estariam a ser integralmente cumpridos, designadamente por não



proporcionarem a possibilidade de vacinação durante oito horas e também ao fim de semana. Este membro disse que se esta situação corresponder à realidade, poderá eventualmente estar na origem da grande quebra da taxa de vacinação do concelho.-----

O membro Marília Rasquinho referiu que a organização da vacinação é da responsabilidade da UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, embora o pessoal afeto à UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade, preste alguma ajuda no sentido de minimizar os efeitos da escassez de pessoal. Disse ainda que a falta de recursos, quer médicos, quer de enfermagem, é que motivou que a vacinação tivesse passado a efetuar-se no Centro de Saúde. Acrescentou que foram também retomadas consultas há pouco, sendo que os recursos, estando concentrados, conseguem ir apoiando as diversas áreas.-----

Quanto aos horários da vacinação, disse o membro Marília Rasquinho que só pode ser efetuada vacinação se houver um médico presente pelo que, havendo falta de médicos e falta de enfermeiros, tal facto implica a redução do período em que podem ser administradas as vacinas.-----

Quanto à baixa taxa de vacinação no Concelho, disse o membro Marília Rasquinho que se constata, de facto, uma reduzida afluência à vacinação, apesar das insistências feitas pelo pessoal administrativo no sentido de chamar as pessoas.-----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão dos parques infantis, sublinhou que a sua reparação é uma prioridade deste executivo. Informou que por obrigatoriedade legal, os parques infantis são sujeitos a inspeções periódicas, tendo os técnicos da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central procedido à inspeção dos parques infantis deste Concelho nos dias 19 e 20 de janeiro último. Em resultado dessa inspeção foi produzido um relatório que já está na posse do Senhor Engenheiro João Lourenço e que após a sua avaliação será discutido com as Juntas de Freguesia. O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que a intenção é proceder à reparação de todos os parques infantis do Concelho, tendo em conta o relatório técnico que foi produzido. Disse ainda que é obrigatório que todos os parques infantis tenham um selo anual, comprovativo da inspeção periódica.-----

Relativamente à questão suscitada pelo membro Fernando Janeiro sobre a não divulgação, no site do Município, dos números atualizados de casos COVID-19 no concelho, o Senhor Presidente da Câmara referiu que este assunto tem passado por diversas etapas e tem sido objeto de muita reflexão quanto ao melhor procedimento a adotar. Disse que houve uma altura em que os dados recebidos não eram fiáveis, tendo-se optado pela sua não divulgação. Contudo, perante tantas solicitações no sentido da divulgação, optou-se por voltar a colocar os dados com base na informação veiculada pela G.N.R, até à data em que os casos começaram a aumentar de modo explosivo, não tendo sido possível continuar a divulgar informação fidedigna.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse ainda que através da responsável do Centro de Saúde de Viana do Alentejo – Dra. Carina Alegria – conseguiu-se ir obtendo dados o mais atualizados possível e são esses que têm vindo a ser disponibilizados. Acrescentou que só se existirem alterações nos dados oficiais é que haverá mudança na informação que se encontra disponibilizada.-----



Quanto à forma presencial de realização das sessões, disse o Senhor Presidente da Assembleia não ter conhecimento que existia qualquer norma legal que o impeça. Disse que na sua perspetiva, aliás já manifestada anteriormente, as sessões realizadas por meios digitais não são comparáveis às sessões presenciais, nem a nível das intervenções, nem a nível das interações, para além do facto de excluírem a participação do público. Assim, a sua opinião sobre esta matéria é no sentido de que se nada o impedir, as sessões sejam sempre presenciais.- Disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que é do senso comum o conhecimento de que existem muitos casos de COVID-19 neste concelho. Contudo – disse – esse mesmo senso comum, há poucas semanas atrás, colocou pessoas nas mesas de voto, as quais, entre as dezoito e as dezanove horas, receberam votantes positivos, para além dos que, antes desse horário, passaram pelas referidas mesas de voto sem que se soubesse se estavam ou não positivos.-----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia que nesta situação não houve qualquer restrição (“e bem”) a que pessoas positivas pudessem sair de casa a fim de exercerem o seu direito de voto, não tendo conhecimento de que alguém se tenha insurgido contra este facto (pelo menos a nível deste concelho).-----

O Senhor Presidente da Assembleia concluiu a sua intervenção sobre este assunto referindo que esta sessão está a ser realizada de modo presencial porque não conhece qualquer norma que o impeça e que enquanto tal se verificar, optará sempre pelas sessões presenciais, muito mais ricas, na sua opinião.-----

O membro Fernando Janeiro referiu que em relação às eleições não havia outra alternativa, a menos que se impedissem de votar cerca de quinhentas mil pessoas. Contrariamente, no caso da Assembleia Municipal, havia alternativa e independentemente de não existir qualquer norma que impeça a realização da sessão presencial, em sua opinião, o bom senso “recomendaria que não estivéssemos aqui”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal recordou que se realizaram eleições autárquicas e eleições presidenciais em que houve gente que não pode ir votar por se encontrar positiva, enquanto que nas eleições legislativas (“e bem”) as pessoas positivas puderam ir votar.-----

O membro Nuno Grave, eleito pelo PS, deixou uma nota sobre o atraso no envio da documentação para esta sessão, nomeadamente quanto ao facto da informação sobre a atividade da câmara ter sido recebida ontem, cerca das vinte e duas horas. Este membro salientou a necessidade dos documentos serem enviados em devido tempo, a fim de serem devidamente analisados no âmbito da preparação das sessões.-----

O membro Frederico de Carvalho, eleito pela força política VIVA, manifestou o seu regozijo pelo facto desta sessão da Assembleia Municipal estar a decorrer em Alcáçovas, atitude demonstrativa de uma maior capacidade de transparência, de comunicação e de auscultação das pessoas, algumas delas sem possibilidade de se deslocarem à sede do Concelho para assistirem a uma sessão deste tipo.----Este membro saudou o executivo municipal na pessoa do respetivo Presidente, pelo modo como decorreu o recente ato eleitoral, sem qualquer incidente e sem qualquer tipo de sobressalto. Em nome da Junta de Freguesia de Alcáçovas e na qualidade de seu Presidente, o membro Frederico de Carvalho agradeceu aos serviços



administrativos da Câmara todo o apoio que foi dado ao longo do processo preparativo do ato eleitoral, agradecendo também o facto de ter sido remetido um documento que tinha sido solicitado e que foi útil à Junta de Freguesia para contextualizar o processo da transferência de competências.-----

O membro Frederico de Carvalho saudou o executivo municipal pela iniciativa de reunir mensalmente com as Juntas de Freguesia, a fim de as auscultar. Contudo, disse ter notado recentemente algumas falhas de comunicação, nomeadamente quanto à informação sobre o Espaço Cidadão, do qual a Junta de Freguesia de Alcáçovas teve conhecimento através da comunicação social. A este propósito, o membro Frederico de Carvalho referiu que o local preconizado para a instalação do referido Espaço – o Paço dos Henriques – não lhe parece o mais adequado dado que se trata de um local imbuído de história, de memória e de património, o qual se adequa a outro tipo de valências. Apesar disso, este membro enalteceu a iniciativa da instalação do Espaço Cidadão em Alcáçovas.-----

Ainda relativamente à falta de comunicação em tempo oportuno, o membro Frederico de Carvalho referiu-se à realização da próxima edição da Romaria a Cavallo. Disse ter recebido ontem a informação oficial da Câmara de Viana, sendo que a Câmara da Moita já a tinha enviado há dois dias. Manifestou a opinião de que, dentro do Concelho, a informação deveria funcionar de forma “mais útil, mais célere e mais orgânica”. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, o membro Frederico de Carvalho manifestou a disponibilidade para o acolhimento da iniciativa com todo o empenho, saudando o seu regresso no princípio do retorno à normalidade.-----

O membro Frederico de Carvalho, sabendo da intenção do executivo acerca da instalação em Alcáçovas, de um posto de carregamento de veículos elétricos, saudou a instalação dessa infraestrutura, tão necessária e útil nesta vila.-----

O membro Frederico de Carvalho, de seguida salientou que se encontra ainda em vigor o PRID – Programa de Recuperação de Infraestruturas Desportivas, tendo a Junta de Freguesia de Alcáçovas enviado a informação ao Sport Club Alcaçovense, nada mais podendo fazer. Perguntou se a nível do Concelho, existe algum projeto enquadrável neste Programa.-----

Este membro, no âmbito das preocupações da Junta de Freguesia de Alcáçovas a nível ambiental, disse que esta Junta está sensibilizada para uma iniciativa a realizar em março próximo e que por isso tentou contactar a GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM; no sentido de aproveitar a oportunidade de um projeto chamado “Re-planta”, que permite a cedência de compostores comunitários para a colocação nas Freguesias.-----

Disse ter então sido obtida informação de que os Municípios de Viana do Alentejo e de Portel não se integram nesta empresa, visto fazerem parte da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central. Constatando-se que se estão a perder algumas oportunidades nas questões ambientais, o membro Frederico de Carvalho sugeriu que o executivo municipal, junto da AMCAL - Associação de Municípios do Alentejo Central, possa intervir no sentido de serem dinamizadas ou redinamizadas as questões associadas a esta temática.-----

Ainda neste âmbito, o membro Frederico de Carvalho referiu-se ao Projeto “Missão Cascas Solidárias”, também, da GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM; no qual este Município também não pode participar, deixando assim de poder aproveitar algumas



oportunidades neste âmbito.-----

O membro Frederico de Carvalho, face a esta “letargia” da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, exortou o executivo municipal a encetar algumas diligências no sentido de reverter a situação.-----

O membro Frederico de Carvalho, pela leitura das atas das sessões da Assembleia Municipal, constatou que em abril de 2018, foi aprovada por este órgão “uma revalidação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARUS)”. Segundo o que apurou, estas ARUS foram criadas em 2015 e tiveram de ser “revalidadas” em 2018 porque no prazo de três anos não sofreram qualquer intervenção. Dado que já decorreu um novo período de três anos, perguntou este membro se há novidades quanto à delimitação das ARUS no Concelho.-----

O membro Frederico de Carvalho perguntou o que está a ser feito acerca da extensão do Posto de Saúde de Alcáçovas. Perguntou ainda sobre o ponto de situação do novo Posto da G.N.R.-Interveio de seguida o membro António Grosso, eleito pela CDU. Manifestou o seu regozijo pelo facto da primeira sessão da Assembleia Municipal depois de ter começado a pandemia, estar a ser realizada em Alcáçovas, retomando a rotatividade. Em sua opinião, está na hora de transmitir alguma tranquilidade à população, uma vez que as regras das autoridades competentes estão a ser cada vez menos exigentes.-----

O membro António Grosso, sugeriu que na Travessa do Hospital, em Alcáçovas, seja equacionada a colocação de um sinal de trânsito indicativo da coexistência de pessoas e veículos, limitando a velocidade a 20 km/h. Em sua opinião, sendo esta artéria utilizada pelos idosos do Lar e por veículos que abastecem a própria Instituição, faz todo o sentido a colocação deste sinal de trânsito (H46).---O Senhor Presidente da Câmara, quanto à questão suscitada pelo membro Nuno Grave e sem prejuízo da pertinência da mesma, referiu-se às dificuldades que têm surgido a nível dos trabalhadores da Câmara infetados com COVID-19, situação que tem dificultado muito as tarefas a cumprir. Neste contexto, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu aos serviços administrativos que, ainda assim, se têm esforçado para que tudo corra o menos mal possível.-----

Quanto às questões das dificuldades de comunicação a que se referiu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, disse o Senhor Presidente da Câmara que ainda não foi possível afinar os procedimentos que todos desejamos.-----

Quanto ao posto de carregamento de carros elétricos em Alcáçovas, o Senhor Presidente da Câmara confirmou que é intenção do executivo a sua instalação. Disse que estão a ser feitos alguns contactos, ponderando-se a possibilidade de instalar dois postos de carregamento em Alcáçovas (um deles entre na Escola e as Piscinas e o outro, acolhendo a sugestão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, no parque de estacionamento frente à creche).-Relativamente ao PRID – Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas, disse o Senhor Presidente da Câmara não dispor, de momento, de qualquer informação, podendo eventualmente fornecê-la mais tarde.-----

Acerca da GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM; disse o Senhor Presidente da Câmara que o anterior executivo saiu desta Empresa e na sua opinião fez bem) porque a mesma não estava a funcionar devidamente, criando vários problemas.-----

Dado que este Município está integrado na AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo



Central, esta Associação fornece serviços idênticos e efetua a recolha de recicláveis com grande qualidade.-----

Disse o Senhor Presidente da Câmara aceitar de bom agrado a sugestão de colocar na AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central a proposta de divulgação de eventuais programas dos quais possam, derivar benefícios para o Concelho.-----

Relativamente às ARUS, o Senhor Presidente da Câmara disse não estar ainda convenientemente preparado para falar desse assunto.-----

Quanto à Extensão de Saúde de Alcáçovas, disse o Senhor Presidente da Câmara que este executivo procurou outro local para o efeito, considerando que a localização que estava escolhida não era muito central. Neste contexto, este executivo propôs, em alternativa, o espaço adjacente à Delegação da Câmara, estando os responsáveis da Saúde recetivos a uma construção em alvenaria, em detrimento da construção modular inicialmente preconizada.---

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que o Município se encontra a trabalhar no respetivo projeto, a fim de o apresentar à Direção Regional de Saúde, sem exceder os noventa metros quadrados, inicialmente previstos.-----

Quanto ao posto da G.N.R. de Viana, disse o Senhor Presidente da Câmara que o assunto está exatamente no mesmo ponto, aguardando-se a assinatura do contrato.-----

Quanto à sugestão do membro António Grosso relativamente à sinalização rodoviária na Travessa do Hospital, em Alcáçovas, o Senhor Presidente da Câmara disse que a intenção é repor os sinais que lá se encontravam anteriormente, indo esta ação ao encontro das opiniões que foram auscultadas. Quanto à colocação do sinal sugerido pelo membro António Grosso, disse o Senhor Presidente da Câmara que se se vier a confirmar a sua adequabilidade, será então colocado.-----

O membro Célia Sabino, eleito pela força política VIVA, referindo-se à intenção da Administração Regional de Saúde do Alentejo, de colocar um novo Posto de Saúde em Alcáçovas, disse considerar adequado o local previsto para a instalação. Perguntou se em vez de uma construção modular não poderá ser construído um edifício em alvenaria. Perguntou também sobre a possibilidade de realização de obras no edifício onde atualmente funciona o Centro de Saúde, dado que o mesmo não se encontra nas melhores condições.-----

O membro Manuel Jorge Rafael, eleito pelo PS, regozijou-se pelo modo como decorreu o último ato eleitoral, elogiando as pessoas que se disponibilizaram para estarem nas mesas eleitorais, bem como os trabalhadores da Câmara que participaram nas diferentes fases do processo.-----

Este membro, referiu como aspeto menos positivo o facto de na qualidade de membro de uma mesa de voto na antiga escola das escadinhas, em Viana, se ter deparado com uma sala bastante desarrumada e até com os caixotes cheios de lixo. Em sua opinião, este facto é merecedor de alguma atenção por parte do Município, dado que a sala está cedida a uma Associação.-----

Este membro considerou estranho que após terem decorrido quinze dias sobre o último ato eleitoral, o Município não tenha ainda divulgado nos seus meios oficiais, os resultados das eleições.-----



O membro Manuel Jorge Rafael também manifestou a sua preocupação com a situação de seca que estamos a viver, constatando-se que as fontes de Viana estão a correr gota – a – gota. Em sua opinião, a Câmara deverá assumir aqui um papel de sensibilização no sentido de alertar as pessoas para esta grave situação que a todos afeta no seu dia – a – dia .-----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão suscitada pelo membro Célia Sabino, voltou a referir que o edifício da nova extensão de saúde de Alcáçovas poderá ser construído em alvenaria, tendo a Administração Regional de Saúde aceitado essa proposta que o executivo lhe fez, não se correndo portanto o risco de ver instalar um edifício modular.-----

O Senhor Presidente da Câmara, no âmbito da intervenção do membro Manuel Jorge Rafael, felicitou as pessoas que se disponibilizaram a exercer funções nas mesas eleitorais, constatando-se que são cada vez menos as que aceitam colaborar nessa tarefa.-----

Quanto à sala a que se referiu o membro Manuel Jorge Rafael, disse o Senhor Presidente da Câmara que as salas do edifício da antiga escola das escadinhas estão cedidas a Associações, admitindo que os trabalhadores da Câmara que lá foram deixar os utensílios necessários ao ato eleitoral, não tivessem querido mexer no que lá se encontrava.-----

Disse o Senhor Presidente da Câmara que a falta de divulgação dos resultados eleitorais pode ser efetivamente uma falha. Contudo, não considera que a falha seja muito grave pois os dados estão acessíveis para a maioria das pessoas, através de outros meios.-----

Quanto ao problema da seca, disse o Senhor Presidente da Câmara que talvez seja o momento de se começar a fazer alguma sensibilização no sentido da poupança da água.-----

Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período destinado à intervenção do público.-----

Interveio a Senhora D. Elsa Nunes, não residente habitual em Alcáçovas mas com casa de habitação nesta localidade, onde habitualmente passa as suas férias.-----

Sem questionar o restabelecimento dos dois sentidos para a circulação automóvel na Rua Dr. Aleixo de Abreu, em Alcáçovas, a Senhora D. Elsa Nunes alertou para a necessidade do sinal de estacionamento proibido abranger toda a rua, evitando constrangimentos no trânsito devido ao facto de existirem veículos estacionados a seguir ao sinal de fim de estacionamento proibido que agora se encontra sensivelmente a meio da rua. Alertou ainda esta Senhora para a utilidade de colocação, nesta rua, do sinal sugerido para a Travessa do Hospital, limitando a velocidade a 20 km/hora e informando sobre a coexistência de peões e veículos.-----

A Senhora D. Elsa Nunes fez também uma referência às queixas que tem ouvido a propósito da falta de recursos humanos, nomeadamente de pessoal médico e de enfermagem, no Centro de Saúde de Alcáçovas. Sugeriu uma gestão mais equitativa dos recursos humanos existentes a nível do Concelho, considerando o universo das suas três freguesias e o pessoal médico e de enfermagem existente em cada uma delas.-----

Sugeriu ainda que a própria Junta de Freguesia de Alcáçovas possa, junto dos enfermeiros aqui residentes, verificar a possibilidade dos mesmos prestarem alguns serviços ao fim de semana, no Posto de Saúde Local, minimizando assim as insuficiências que se verificam.----

A Senhora D. Elsa Nunes manifestou-se favoravelmente quanto à hipótese de verificação da possibilidade de realização de obras de requalificação no posto de saúde existente em Alcáçovas.-----



Relativamente à loja do cidadão, disse a Senhora D. Elsa Nunes que conhece casos de localidades em que essa loja está instalada nos mercados, de forma a aproveitar o espaço. Constatou que na Vila de Alcáçovas, o mercado municipal tem bastante espaço livre pelo que deixou a sugestão do seu eventual aproveitamento para instalar a loja do cidadão.-----

Interveio de seguida a munícipe Sara Grou, realçando que hoje a sessão da Assembleia Municipal está a decorrer num espaço muito bonito, após a excelente recuperação feita pelo anterior executivo, de maioria Socialista. Contudo, em sua opinião, atendendo à situação pandémica que atravessamos, tal espaço torna-se exíguo para acolher um tão elevado número de pessoas.-----

Esta munícipe começou por se referir à proibição de estacionamento na Rua Dr. Aleixo de Abreu, no sentido Praça da República – Largo da Igreja Matriz, sublinhando que se a referida Rua termina na casa do Senhor Raimundo Vilhena Esteves, não faz qualquer sentido que antes dessa casa esteja colocado um sinal de fim de proibição de estacionamento, com os constrangimentos que daí advêm a nível da circulação automóvel (uma vez que existem veículos estacionados onde não seria suposto).-----

De seguida, a munícipe Sara Grou referiu-se à pandemia da COVID-19 neste concelho, salientando a existência de números nunca antes vistos, tendo em conta os dados oficiais veiculadas pela Direção – Geral de Saúde. Constatou existir, em Viana, um surto que não será fácil de controlar, sobretudo porque está a atingir os alunos que frequentam o 10º, 11º e 12º anos na Escola Dr. Isidoro de Sousa, alunos estes que residem em Viana mas também em Alcáçovas e no Torrão, originando um acréscimo de casos nestas localidades.-----

Quanto ao alívio das restrições, a munícipe Sara Grou manifestou a opinião de que esse processo deverá ser cauteloso.-----

Quanto à atual redução do número de pessoas vacinadas neste Concelho, disse a munícipe Sara Grou que a falta de comparência à vacinação pode estar relacionada com o facto das pessoas estarem isoladas devido a terem familiares infetados, ou estarem, elas próprias, infetadas. Recordou que muito recentemente a Escola Pré-Primária de Viana esteve encerrada devido ao facto de muitas das crianças estarem infetadas e sublinhou que todos estes motivos têm de ser equacionados, não bastando dizer que “as pessoas não comparecem à vacinação”.- A munícipe Sara Grou recordou que até dezembro de 2021, o número de casos COVID-19 no Concelho, era mínimo, possibilitando até que se tivesse realizado a Mostra de Doçaria em Alcáçovas uma vez que havia condições de segurança para o efeito.-----

Quanto ao site do Município, a munícipe Sara Grou, insistiu na pergunta já anteriormente feita por um membro deste órgão, questionando o porquê de não terem sido divulgados os resultados do último ato eleitoral.-----

Quanto ao novo Centro de Saúde de Alcáçovas, a construir em alvenaria, esta munícipe questionou se ficará localizado junto à delegação dos serviços municipais.-----

Ainda a este propósito, perguntou quais os motivos da saída do Centro de Saúde do edifício onde se encontra, designadamente se foi porque a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas assim o exigiu ou se foi por iniciativa do atual executivo municipal.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas agradeceu as opiniões e sugestões da Senhora D. Elsa Nunes. Clarificou que a competência para a instalação do Espaço Cidadão



não é da Junta de Freguesia, tendo o executivo municipal toda a legitimidade para escolher a sua localização. Disse “ver com bons olhos” a instalação do Espaço Cidadão na delegação dos serviços municipais, embora considere que o que verdadeiramente importa é que esse Espaço seja instalado em Alcáçovas.-----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as intervenções verificadas e esclareceu que o Espaço Cidadão a instalar em Alcáçovas, deriva de um projeto direcionado para as bibliotecas. Assim, as opiniões sobre os possíveis locais de instalação, todas válidas, não se aplicam a este projeto.-----

Disse o Senhor Presidente da Câmara que nunca foi colocada a hipótese de serem realizadas obras de requalificação no atual Centro de Saúde de Alcáçovas, havendo a intenção de construir um novo Centro de Saúde, em alvenaria, no local já referido ou noutra considerado adequado.-----

No âmbito da intervenção da Senhora D. Elsa Nunes quanto às insuficiências a nível dos cuidados de saúde no concelho, disse o Senhor Presidente da Câmara que apesar das competências, nessa matéria, não serem das autarquias locais, estas têm-se interessado bastante em ajudar a resolver os problemas neste concelho. Contudo, é na falta de meios humanos que reside o problema, sendo evidente e generalizada a falta de médicos. Acrescentou que a Câmara está a fazer alguns esforços no sentido de minorar os efeitos deste problema e foi nesse sentido que assumiu o pagamento da renda de uma habitação em Alcáçovas, destinada a um médico.-----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que, apesar das dificuldades, têm-se conseguido obter algumas pequenas melhorias, designadamente o facto de existir um médico que dá consultas em Aguiar durante três horas por semana; o facto de estar ao serviço, no Centro de Saúde de Viana, mais uma médica a meio tempo e o facto do Centro de Saúde de Viana poder contar com uma médica estagiária. Acrescentou que algumas soluções vão aparecendo, existindo também a expectativa de que o lugar da Dra. Conceição Fialho, que faleceu, venha a ser ocupado a partir de abril/maio do corrente ano.-----

Quanto à sinalização na Rua Dr. Aleixo de Abreu, em Alcáçovas, disse o Senhor Presidente da Câmara estar recetivo a acolher sugestões de melhoria para que o processo, que não está fechado, evolua até ser encontrada a solução que melhor sirva os interesses dos moradores e dos que circulam naquela artéria.-----

Em resposta a uma questão formulada pela munícipe Sara Grou, o Senhor Presidente da Câmara disse que foi da Administração Regional de Saúde do Alentejo a iniciativa de retirar o Centro de Saúde de Alcáçovas do local onde se encontra, atendendo à inexistência de condições para o seu eficaz funcionamento.-----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que existe toda a recetividade para retomar as iniciativas que foram interrompidas em virtude da pandemia, importando contudo que esse alívio das restrições se processe de forma gradual, à medida que as condições o forem permitindo.-----

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos:



Ponto um) **Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão** – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do n.º3 do artigo 57º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.-----

Ponto dois) **Apreciação da Informação escrita sobre a atividade da Câmara** – O membro Joana Galvão constatou que no primeiro parágrafo da Informação sobre a Atividade da Câmara é referido que a Associação “Trata-me bem”, aquando da reunião realizada com a Câmara Municipal, solicitou um apoio mensal de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros). Disse este membro que nessa reunião foram dados a conhecer os constrangimentos a nível financeiro e a nível das instalações mas não foi pedido apoio no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) mensais. Enquanto membro dos órgãos sociais da Associação, disse que este montante se refere às despesas mensais com cerca de 50 gatos que a Associação tem a seu cargo, designadamente em matéria de alimentação, desparasitação e cuidados veterinários. O membro Joana Galvão esclareceu que embora a Associação tenha solicitado apoio à Câmara, não pediu 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) mensais, como parece resultar do texto constante da Informação.-----

O membro Nuno Grave disse ter tido conhecimento de que na sequência da reunião realizada no dia 11 de janeiro de 2022, entre a Câmara Municipal de Viana, a Junta de Freguesia de São Bartolomeu do Outeiro e Oriola e a Câmara Municipal de Portel, acerca da estrada do Outeiro; terá decorrido hoje uma nova reunião sobre este assunto, com uma visita ao local por parte do adjunto do Senhor Presidente da Câmara de Viana e do chefe de gabinete do Senhor Presidente da Câmara de Évora, a fim de serem avaliadas as possibilidades de intervenção na referida estrada, bem como a extensão dessa mesma intervenção. A este propósito, o membro Nuno Grave perguntou se efetivamente a reunião teve lugar e quais foram as conclusões da mesma.- O Senhor Presidente da Câmara disse ter ficado a perceber que a Associação “ Trata-me Bem” tinha efetivamente solicitado um apoio mensal de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) e acrescentou que foi esta também a sensação com que ficou a outra pessoa que participou na reunião com a Associação. Contudo, se tal não corresponde à realidade, é importante que fique clarificado, disse.—Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que há intenção de ajudar a Associação “Trata-me Bem”, nomeadamente no tocante às instalações de que tanto necessitam e que a Câmara não pode disponibilizar.-----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que não põe em causa o valor mensal que foi referido como despesa da Associação, atendendo a que são elevados os custos com cerca de 50 gatos.-----

O Presidente da Câmara reiterou a disponibilidade para apoiar a Associação, dentro daquilo que for possível.-----

Em resposta ao membro Nuno Grave, o Senhor Presidente da Câmara confirmou que estava proposta para hoje a realização de uma reunião acerca da Estrada do Outeiro, com a Secretária do Senhor Presidente da Câmara de Évora e com um Engenheiro da mesma Câmara. Contudo, informaram que não podiam comparecer, tendo ficado de marcar uma nova data na próxima semana a fim de ser avaliada a possibilidade de ajuda do Município de Évora ao Município de Viana do Alentejo.-----



O membro Joana Galvão agradeceu a disponibilidade manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara para apoiar a Associação “Trata-me Bem”, frisando contudo que muito do trabalho desenvolvido pela mesma, é da competência da Câmara Municipal. Assim, em sua opinião não se tratará de um apoio mas sim de uma colaboração institucional, qualquer ação qua a Câmara dirija à Associação.-----

O membro Sara Rodrigues sugeriu que a Associação “Trata-me Bem”, a exemplo do que faz o “Cantinho dos Animais”, em Évora, promova a angariação de alimentos à porta dos supermercados, conseguindo obter, por essa via, alguma ajuda nas avultadas despesas.-----

Não foram suscitadas mais questões acerca da Informação sobre a Atividade da Câmara.----

Ponto três) **Designação de elementos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, nos termos do disposto na alínea I) do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, na redação atual** –

O Senhor Presidente da Assembleia fez o enquadramento do assunto, na sequência do ofício enviado pela CPCJVA – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo.--

--Nos termos do disposto na alínea l) do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, na atual redação, a comissão alargada da CPCJ integra quatro cidadãos eleitores, designados pela Assembleia Municipal. Tendo em conta que três dos elementos anteriormente designados terão de ser substituídos (dois deles por terem comunicado essa vontade e um deles por ter dificuldades em comparecer às reuniões, possivelmente por motivos profissionais) e que muito recentemente a Assembleia Municipal designou o cidadão Fábio Pereira que poderá continuar a integrar a CPCJVA, importa assim proceder à designação de três elementos para o efeito.-----

As diferentes forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal, por intermédio dos seus interlocutores, apresentaram as seguintes propostas:-----

O membro Marília Rasquinho, em representação dos eleitos da CDU, propôs para integrar a CPCJVA a cidadã Helena Isabel Barros Torrão-----

O membro Célia Peres Sabino, em representação dos eleitos do VIVA, propôs para integrar a CPCJVA o cidadão Luis Carlos Ferreira Mendes-----

O membro Nuno Grave, em representação dos eleitos do PS, propôs para integrar a CPCJVA a cidadã Ana Isabel Candeias Milhano.-----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que a votação dos membros propostos ocorrerá por escrutínio secreto.-----

O membro Nuno Grave, em representação dos eleitos do PS, recordou que a representação do Município na CPCJVA, tem vindo a ser assegurada pelo Técnico Superior João Pedro Valério Parra Martinho Antunes, designado pela Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro na atual redação. Disse que o comportamento adotado pelo atual executivo em regime de permanência ao pretender efetuar a substituição desse representante, motiva a apresentação, por parte dos eleitos do PS, da seguinte nota, que leu e que integralmente se reproduz:-----

“Queremos aproveitar a oportunidade e já que vamos designar os novos elementos e representantes do Município na Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, para deixar uma breve nota e fazer referência à forma



como o membro desta comissão, Dr. João Antunes, está a ser substituído das suas atuais funções como representante da comissão alargada da CPCJ pelo Município de Viana do Alentejo, estando o executivo a propor a sua substituição pela Vice-Presidente sem informação prévia. Não é demais referir, que o Dr. João Antunes ocupa este cargo desde 2015, tendo desempenhado as suas funções, sempre de uma forma profissional e exemplar.-----

Independentemente das decisões poderem ser legítimas, a forma como as mesmas foram tomadas pelo executivo não são de todo e em nossa opinião as mais corretas, visto que o técnico em causa nunca foi informado da decisão de ser substituído. É pois lamentável que o Sr. Presidente, em reunião de câmara, quando questionado pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista, sobre a razão do técnico não ter sido informado, apenas tenha dito e passo a citar “ *o técnico não foi informado, nem tem de ser*”.-----

Considerando que no seu programa eleitoral faz uma clara referência à gestão de proximidade com os funcionários da CMVA, ao trabalho em equipa e à comunicação eficaz e mesmo no dia da sua tomada de posse, fez questão de dar uma palavra de incentivo e motivação para com os trabalhadores da Câmara Municipal, consideramos, pois, que o Sr. Presidente perdeu aqui uma boa oportunidade de fazer aquilo que se propôs a fazer até ser eleito.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia, de seguida, declarou o seu impedimento para participar na eleição da cidadã indicada pelos eleitos da CDU e ausentou-se da sala.-----

Procedeu-se então à votação, mediante escrutínio secreto, da proposta de integração da cidadã Helena Isabel Barros Torrão na comissão alargada da CPCJVA.-----

Da votação em causa obtiveram-se 6 votos favoráveis, 2 votos contra e 9 votos em branco.---

O Senhor Presidente da Assembleia retomou as suas funções e procedeu-se de imediato à votação, mediante escrutínio secreto, da proposta de integração do cidadão Luis Carlos Ferreira Mendes na comissão alargada da CPCJVA.-----

Da votação em causa obtiveram-se 5 votos favoráveis, 1 voto contra e 12 votos em branco.—

O membro Tânia Milhano comunicou o seu impedimento para participar na eleição da cidadã indicada pelos eleitos do PS. Após declaração desse impedimento, ausentou-se da sala.-----

Procedeu-se então à votação, mediante escrutínio secreto, da proposta de integração da cidadã Ana Isabel Candeias Milhano na comissão alargada da CPCJVA.-----

Da votação em causa obtiveram-se 5 votos favoráveis, 1 voto contra e 11 votos em branco.—

Aos cidadãos eleitos pela Assembleia Municipal para integrarem a comissão alargada da CPCJVA – Helena Isabel Barros Torrão, Luis Carlos Ferreira Mendes e Ana Isabel Candeias Milhano – o Senhor Presidente da Assembleia desejou um excelente desempenho de funções, numa área tão importante e tão profunda.-----

Ponto quatro) **Proposta de aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa a que se refere o artigo 130º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (correspondente ao mapa “Demonstração de Desempenho Orçamental” em SNC-AP)** – Por indicação do Senhor Presidente da Câmara, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos – Maria d’Aires Vilela – referiu que para poder ser integrado, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, o saldo de operações orçamentais que transitou para 2022, é necessário que seja previamente aprovado o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (Fluxos de Caixa) de 2021. Nos termos do disposto no artigo 130º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de



dezembro, mantido em vigor pela Lei de Enquadramento Orçamental (uma vez que ainda não se encontra aprovada a Lei do Orçamento do Estado para 2022), foi submetido a votação o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2021, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

Ponto cinco) **Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita**

– Por indicação do Senhor Presidente da Câmara, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos – Maria d’Aires Vilela – referiu que a primeira alteração modificativa ao Orçamento da Receita consubstancia-se unicamente na integração (no Orçamento da Receita) do Saldo de Operações Orçamentais que transitou da gerência anterior, no montante de 2 009 721,58 € (dois milhões nove mil setecentos e vinte e um euros e cinquenta e oito cêntimos). Acrescentou que este montante não tem a natureza de receita corrente ou receita de capital. Tratando-se de uma receita de saldo transitado, pode ser afeta ao reforço de despesas correntes ou de despesas de capital, conforma as necessidades e opções.-----

Votada a primeira proposta de alteração modificativa ao Orçamento da Receita, foi a mesma aprovada com doze votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estevão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Manuel Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico de Carvalho) e com seis abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Celeste Gomes Patinhas, Fernando Janeiro, Manuel Jorge Rafael, Joana Galvão e Tânia Milhano).-----

Ponto seis) **Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa**

Por indicação do Senhor Presidente da Câmara, a chefe da Divisão da Gestão de Recursos – Maria d’Aires Vilela – referiu que a primeira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa consubstancia-se na repartição, pelas rubricas da despesa corrente e de capital, do montante do saldo transitado da gerência de 2021, que tal como foi referido no ponto anterior é de 2 009 721,58 € (dois milhões nove mil setecentos e vinte e um euros e cinquenta e oito cêntimos). Acrescentou que os reforços de verba efetuados em algumas rubricas da despesa corrente e de capital têm subjacentes reforços no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipais, os quais já foram aprovados pela Câmara Municipal por se traduzirem em alterações permutativas a esses documentos.-----

Votada a primeira proposta de alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, foi a mesma aprovada com doze votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estevão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Manuel Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico de Carvalho) e com seis abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Celeste Gomes Patinhas, Fernando Janeiro, Manuel Jorge Rafael, Joana Galvão e Tânia Milhano).-----

Ponto sete) **Proposta de acordo quanto à forma de imputação de despesas com pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Municípios associados**

Dado que por via dos Estatutos da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, as Assembleias Municipais dos Municípios associados têm de dar, anualmente, o seu acordo quanto à forma de imputação das despesas com o pessoal da referida Associação aos



municípios que a integram, esta proposta consiste em obter o acordo da Assembleia quanto à utilização do fator população para afetar a despesa, cabendo ao Município de Viana do Alentejo a importância de 122 728,00 € (cento e vinte e dois mil setecentos e vinte e oito euros), embora isto não represente saída efetiva de verba.-----

Votada esta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Ponto oito) **Proposta de aprovação da quota mensal para AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central, no ano de 2022** – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a proposta de transferência mensal para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central da importância de 1 800,00 € (mil e oitocentos euros), correspondente à quota deste Município em 2022, como associado.-----

Ponto nove) **Proposta de deliberação sobre matérias a que se refere o artigo 6º do Decreto – Lei nº 305/2019, de 23 de setembro com a redação dada pela Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro** – O Senhor Presidente da Câmara fez o enquadramento da proposta em apreço a qual obedece ao disposto no Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro que estabelece o Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais.-----

Nos termos do artigo 5.º deste Diploma, a Câmara Municipal pode propor à Assembleia Municipal a reestruturação dos seus serviços, nomeadamente na sequência da transferência de novas competências, nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e dos diplomas setoriais a que a referida Lei se refere.-----

Nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação, a estrutura interna da administração autárquica consiste na disposição e organização das unidades e subunidades orgânicas dos respetivos serviços, entendendo-se por “unidades orgânicas as unidades lideradas por pessoal dirigente e por subunidades orgânicas as unidades lideradas por pessoal com funções de coordenação.”-----

Na presente data, encontra-se em vigor a organização dos serviços municipais que foi publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 247, de 27 de dezembro de 2017.-----

Tendo em conta os princípios referidos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação, nomeadamente o facto da organização, estrutura e funcionamento dos serviços da administração autárquica deverem orientar-se pela unidade e eficácia da ação, pela aproximação dos serviços aos cidadãos, pela desburocratização, pela racionalização de meios e eficiência na afetação de recursos públicos, pela melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados, pela garantia de participação dos cidadãos e pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e plasmados no Código do Procedimento Administrativo; considera-se ser de alterar a atual estrutura do Município de Viana do Alentejo a fim de melhor responder às atuais necessidades e exigências, nomeadamente as decorrentes do processo de transferência de novas competências.-----



Assim, considerando as competências da Assembleia Municipal em matéria de reorganização dos serviços municipais, previstas na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação, propõe-se à Câmara Municipal que sejam submetidas à Assembleia Municipal as seguintes propostas:-----

a) Que nos termos da alínea a) do artigo 6.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro na redação atual, a organização interna dos Serviços Municipais obedeça ao Modelo de Estrutura Hierarquizada;

b) Que nos termos da alínea c) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na redação atual, seja fixado em 8 (oito) o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, asseguradas por cargos dirigentes:-----

b.1) 6 (seis) unidades orgânicas flexíveis asseguradas por cargos dirigentes com a qualificação de cargo de direção intermédia de 2.º grau, com a designação de Chefe de Divisão;-----

b.2) 2 (duas) unidades orgânicas flexíveis asseguradas por cargos dirigentes com a qualificação de cargo de direção intermédia de 3.º grau, designados de “coordenador de unidade”, cabendo à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, a definição das matérias referidas no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, na atual redação (competência, área, requisitos de recrutamento, período de experiência profissional e remuneração).-----

c) Que nos termos da alínea d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação, seja fixado em quatro (4) o número máximo de subunidades orgânicas.-----

d) Que nos termos da alínea f) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação, seja fixado em dois (2) o número máximo de equipas de projeto.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a estrutura orgânica em vigor aprovada pela gestão anterior, prevê 4 unidades orgânicas flexíveis asseguradas por cargos dirigentes intermédios de 2º grau e 3 unidades orgânicas flexíveis asseguradas por cargos dirigentes intermédios de 3º grau, sendo que estas últimas nunca foram operacionalizadas. Sublinhou que a proposta hoje apresentada prevê 6 unidades orgânicas flexíveis a assegurar por cargos dirigentes intermédios de 2º grau e 2 unidades orgânicas flexíveis a assegurar por cargos dirigentes intermédios de 3º grau. Acrescentou que tal como o executivo anterior obteve autorização da Assembleia Municipal para criar unidades orgânicas que não chegou a operacionalizar (as 3 unidades a ocupar por dirigentes intermédios de 3º grau), também o atual executivo pretende criar 6 unidades orgânicas a prover com dirigentes intermédios de 2.º grau (deixando, por enquanto um desses lugares por ocupar) e 2 unidades orgânicas a prover com dirigentes intermédios de 3º grau (deixando, por enquanto, esses dois lugares por ocupar).-----

O membro Joana Galvão, em representação dos eleitos do PS, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual a intenção de efetuar a reestruturação dos serviços e quais os motivos de pretender criar 6 unidades orgânicas a prover com dirigentes intermédios de 2º grau, uma vez



que apenas são necessárias (segundo referiu) 5 unidades orgânicas desse tipo. Este membro acrescentou que numa lógica de proximidade e de maior transparência, a Assembleia Municipal deverá ser informada e integrar este processo.-----

O membro António Grosso, em representação dos eleitos da CDU, disse considerar que a proposta em apreço consubstancia um ato de gestão da Câmara e que o facto da estrutura orgânica prever unidades que não serão de imediato criadas não é inédito pois já o anterior executivo assim procedeu, tendo a bancada da CDU, nessa altura, votado favoravelmente à proposta que foi apresentada e a todas as outras desse executivo que se traduziram em atos de gestão.-----

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta à questão suscitada pela bancada do Partido Socialista, disse que a principal razão da reestruturação dos serviços reside na necessidade de adequar a estrutura dos mesmos às novas competências que serão acolhidas pelo Município, concretamente nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social. Esta assunção de novas competências implica, na opinião do executivo em regime de permanência, que a atual Divisão de Desenvolvimento Social e Humano tenha que ser dividida, dando origem a duas unidades orgânicas distintas, ficando uma delas precisamente com as “novas áreas” da Educação, Saúde e Ação Social.-----

O Senhor Presidente da Câmara clarificou que aquilo que se está a propor à Assembleia Municipal é que fixe o número máximo de unidades orgânicas a criar, quer de 2º grau, quer de 3º grau. Tal como o executivo anterior fez, deixando como “suplentes” 3 unidades orgânicas de 3º grau que nunca chegou a utilizar, também este executivo pretende deixar “livres”, por enquanto, 1 unidade orgânica de 2º grau e 2 unidades orgânicas de 3º grau. O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que a criação das unidades orgânicas é matéria da competência da Câmara Municipal pelo que, na altura certa, essa proposta lhe irá ser submetida.-----

Interveio de seguida o membro Fernando Janeiro, eleito pelo PS, que referiu que este assunto é submetido à Assembleia Municipal para que esta defina a estrutura e o número máximo de unidades orgânicas a criar. Disse que para ser definido esse número máximo, os eleitos da Assembleia Municipal deveriam ter conhecimento do que se pretende com a sexta unidade orgânica, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara referiu que atualmente só serão necessárias cinco. Este membro acrescentou que está a colocar a tónica na sexta unidade orgânica porque sendo ela de 2º grau, tem um impacto orçamental superior a uma unidade orgânica de 3º grau.-----

O membro Célia Sabino, em representação dos eleitos do VIVA, disse que a sua bancada viabilizará a proposta apresentada, a qual traduz a forma de gestão que o executivo entende melhor servir os seus objetivos.-----

O membro Nuno Grave, em representação dos eleitos do PS, disse que aquilo que está em causa na apreciação desta proposta, são as unidades orgânicas de 2º grau, recordando que o anterior executivo, em 2017, apresentou uma proposta de fixar em quatro o número de unidades orgânicas de 2º grau e criou efetivamente essas quatro unidades. Em contrapartida – disse – o atual executivo está a propôr a fixação do número máximo de unidades orgânicas de 2º grau em seis, quando efetivamente só necessita de cinco, não transmitindo qualquer



informação sobre o objetivo da unidade orgânica que ficará por criar.-----  
Disse este membro que em solidariedade com a posição tomada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista quando este assunto foi votado na Câmara Municipal, os eleitos do PS na Assembleia Municipal votarão contra a proposta apresentada, ficando por confirmar se o futuro não irá dar razão às dúvidas e preocupações que aqui manifestaram quanto a esta matéria.-----

O membro Joana Galvão, eleito pelo PS, disse que embora os eleitos da força política que representa, respeitem a gestão do executivo da Câmara, não podem deixar de considerar que a Assembleia Municipal deve acompanhar e conhecer os assuntos sobre os quais, numa primeira instância, é chama a pronunciar-se.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez questão de frisar que toda as posições tomadas pelos eleitos são legítimas e que cada um tem os seus motivos para as tomar. Contudo – disse – é necessário clarificar que aquilo que está em causa nesta proposta não são só as unidades orgânicas de 2º grau (como anteriormente foi referido) mas também as unidades orgânicas de 3º grau.-----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que o argumento de votar contra porque não está a ser dito aquilo que vai acontecer a seguir é comparável a uma hipotética situação em que se diga “só te deixo jogar no euro milhões se me disseres o que irás fazer com o prémio!”. Sublinhou que este momento é para a Assembleia Municipal exercer as competências que tem nesta matéria e essas competências não se misturam com as competências da Câmara.-----

Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia que revisitou os procedimentos adotados pelo anterior executivo quando tratou esta matéria e constatou que foram exatamente iguais aos que agora estão a ser seguidos. Efetivamente – disse – são os procedimentos legais previstos e não podem ser outros. Acrescentou que se o executivo propõe a fixação de um determinado número de unidades, tal como anteriormente o fez, é porque considera ser o mais adequado à gestão que pretende implementar. Podendo os membros tomar a posição que entenderem, importará contudo garantir a seriedade dos argumentos invocados.-----

O Senhor Presidente da Câmara, em relação à intervenção do membro Fernando Janeiro, disse que é impossível informar sobre os objetivos da sexta unidade orgânica uma vez que ela não está criada, tal como não estão criadas as três unidades de 3º grau para as quais o executivo anterior obteve a respetiva autorização da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara voltou a salientar que a atual estrutura, aprovada pelo anterior executivo, comporta sete unidades orgânicas, sendo quatro de 2º grau e três de 3º grau.-----

A proposta em apreço – disse – comporta oito unidades orgânicas, sendo seis de 2º grau e duas de 3º grau.-----

O Senhor Presidente da Câmara fez questão de realçar que este processo está a decorrer nos termos que a Lei prevê, não estando a ser criada uma estrutura “às escondidas” e não estando a ser apresentadas propostas à Assembleia “para que ela vote sem saber no quê!”-----

Neste contexto, o Senhor Presidente da Câmara solicitou à Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Maria d’Aires Vilela – que transmitisse algumas notas técnicas sobre este assunto. Em cumprimento desta solicitação, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos referiu que o



Diploma que trata desta matéria – Decreto – Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro – é claro na identificação das matérias que cabem à Assembleia Municipal, à Câmara Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ou seja, as competências não se misturam e estão perfeitamente definidas.-----  
Concluiu referindo que nos termos legais exigidos, a proposta que hoje é apresentada à Assembleia Municipal refere-se exclusivamente (e como não poderia deixar de ser) às matérias que são da exclusiva competência deste órgão.-----  
Não havendo mais questões acerca desta matéria, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Manuel Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio), e seis votos contra por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Celeste Gomes Patinhas, Fernando Janeiro, Manuel Jorge Rafael, Joana Galvão e Tânia Milhano) e cinco abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico de Carvalho).----  
Ponto dez) **Proposta de aprovação da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal** – O Senhor Presidente da Câmara fez uma apresentação sumária da primeira proposta de alteração ao mapa de pessoal, não tendo sido suscitadas quaisquer questões.-----  
Votada esta proposta, foi a mesma aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Manuel Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Celeste Gomes Patinhas, Fernando Janeiro, Manuel Jorge Rafael, Joana Galvão e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico de Carvalho).-----  
Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público.-----  
Interveio a Senhora D. Elsa Nunes que retornou à questão dos recursos humanos no Centro de Saúde de Alcáçovas. Referiu que segundo a informação de que dispõe, o médico que lá exerce funções limita-se praticamente às tarefas burocráticas, apresentando bastantes dificuldades na emissão de receitas, credenciais e outros documentos. A sugestão apresentada pela Senhora D. Elsa Nunes foi no sentido de alocar os médicos e enfermeiros existentes no Concelho, aos Centros de Saúde de Viana, Alcáçovas e Aguiar, em função da respetiva população, conseguindo por esta via, uma distribuição mais equitativa.-----  
Interveio de seguida a Senhora D. Idalina Ganço que pediu ao atual executivo que não faça como o anterior que deixou por arranjar parte da Rua onde ela reside. Disse que junto à sua porta está tudo cheio de pedras, o pavimento está todo danificado, tal como os vidros das janelas. Solicitou ao atual executivo que quando proceder ao arranjo das ruas, o faça por inteiro, sem deixar troços por reparar.-----  
O Senhor Presidente da Câmara, na sequência da intervenção da Senhora D. Elsa Nunes, disse que na transferência de competências para os Municípios a nível da Saúde, não está incluída a gestão do pessoal médico e de enfermagem. Acrescentou ser importante clarificar este aspeto pois pode haver quem pense que a gestão deste pessoal também está incluída nas competências a transferir, o que não corresponde à realidade.-----



A chefe da Divisão de Gestão de Recursos – Maria d’Aires Vilela – agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas o seu reconhecimento quanto ao apoio obtido junto da Câmara Municipal, particularmente da Divisão de Gestão de Recursos. Disse que esta atitude de reconhecimento por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Alcáçovas foi para si muito importante uma vez que não têm sido nada fáceis os “tempos” que se têm vivido na divisão que dirige, principalmente por motivos de doença de muitos trabalhadores. Disse a este propósito que em simultâneo estiveram fora do serviço três assistentes técnicos da contabilidade bem como os assistentes técnicos que habitualmente tratam das atas, correspondência, editais, etc.-----

Também salientou que na altura em que o Técnico Superior António Pimentas foi em comissão de serviço para o Município de Alvito, adoeceu com COVID o Técnico Superior João Murteira. A culminar este rol de dificuldades, adoeceu gravemente a Assistente Técnica Fátima Lopes, que trata dos processos eleitorais, precisamente na semana anterior à das eleições. Esta situação de doença – disse – é a mais preocupante neste momento, uma vez que a trabalhadora em causa se encontra nos cuidados intensivos.-----

Concluiu, referido que as dificuldades que se têm verificado, têm potenciado a união de esforços para que, não se conseguindo o ótimo, pelo menos não se deixem de realizar tarefas imprescindíveis.-----

O Senhor Presidente da Assembleia registou e agradeceu o esforço que tem sido feito para que, apesar dos constrangimentos, sejam garantidas as condições de funcionamento dos serviços.-----

A chefe da Divisão de Gestão de Recursos agradeceu este reconhecimento ao Senhor Presidente da Assembleia e também ao Senhor Presidente da Câmara por também já o ter manifestado.-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o segundo período destinado à sua participação e agradeceu a presença de todos, inclusive do público.-----

Passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata. Votada, foi aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão à uma hora do dia 12 de fevereiro de 2022.-----



Aprovada a 28 de abril de 2022

O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---